

INFORMAÇÕES PARA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 59.500.000274/2017-67

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 35-2017

OBJETO: Seleção para ocupação de **299** (duzentas e noventa e nove) unidades parcelares familiares no Projeto de Irrigação Pontal, no município de Petrolina-PE, para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais.

RECORRENTE: JORDÂNIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA

MOTIVO DA INABILITAÇÃO: EXPERIÊNCIAS INSUFICIENTE

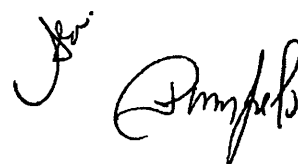
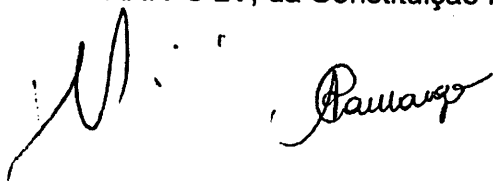
ALEGAÇÃO ATUAL: Impugnação ao resultado do recurso administrativo. O resultado da Comissão do Edital nº 35/2017 afirma O recorrente não apresentou comprovação das experiências . Os únicos documentos que apresentou são a ART Nº PE20170192970 de 28/09/2017 a 31/12/2017 (03 meses e 03 dias) e ART Nº BA20170164164 de 03/10/2017 a 31/01/2018 (04 meses) e CAT 2479/2009 foi de 14/10/2007 a 25/01/2008 (02 meses e 11 dias). Não há citação que estas experiências sejam irrigação ou sequeiro. Presume-se que seja em área de sequeiro.

CONCEITOS E FUNDAMENTOS ADOTADOS:

• DA TEMPESTIVIDADE E DOS PRAZOS

O recurso interposto pelo recorrente teve sua tempestividade e a regularidade acatada considerando que o resultado foi publicado em 26.07.2018 e o Edital previa a apresentação de recursos em 5 (cinco) dias úteis, ou seja desde 27/07/2018 até o dia 02/08/2018, prazo obedecido.

A fase recursal do procedimento licitatório tem como fundamento legal o art. 5º, incisos XXXIV e LV, da Constituição Federal de 1988.



O inciso LV, por sua vez, assegura a todos os litigantes, em processo judicial ou administrativo, o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes. Assim sendo a comissão acatou os diversos "modelos" de recursos, já que havia os pressupostos formais previstos.

• **CONCEITOS E DEFINIÇÕES:**

Os seguintes conceitos nortearam as análises e as conclusões da comissão, todos definidos por Direitos e legislação citados neste tratado:

- a) O prazo de cinco dias úteis para os licitantes apresentarem recursos iniciou-se no dia 27/07/2018 e terminou no dia 02/08/2018;*
- b) O prazo de análise da comissão iniciou-se no dia 03/08/2018 e foi até o dia 09/08/2018;*
- c) Declarações em CTPS, desde que comprovem a efetiva experiência e não apenas o cargo, declarações de Sindicatos, Empregadores com CNPJ ou CEI, Assistência Técnica, Cartórios ou órgãos oficiais. As declarações de CTPS que falam dos cargos (agrônomos, técnicos ou outros) devem ser ratificadas com declarações dos empregadores ou dos órgãos citados contabilizando o período e as experiências das tarefas executadas.*

A falta de comprovação das experiências deu-se porque os documentos acostados provam apenas 10 meses de experiência. As anotações da CTPS prova, seu cargo de Engenheira florestal e de Chefe de Departamento (comprova gerência).

A recorrente apresentou a CTPS e ficha de anotação da carteira de trabalho (página 24 e 25 do sequencial da documentação do invólucro nº 1) com o cargo que desempenhava, sem nenhuma declaração acessória que comprove atividades em irrigação e/ou sequeiro. A única comprovação viável é de gerenciamento, inscrito em carteira.

As ART e CAT (páginas 27, 28 e 29) somam apenas 10 meses, presumivelmente de sequeiro – também insuficiente já que declarou experiência superior a 9 anos de sequeiro.

ANÁLISE FINAL

JORDÂNIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA, DOC. Nº 593/2018, INSCRIÇÃO Nº 3303 e CLASSIFICAÇÃO Nº 100, inabilitada por experiência insuficiente.



Analisando seu Recurso Administrativo e revendo sua documentação emitida, anexa ao processo 59.530.000967/ 2018 -83 – volume XIX(19), a licitante alega que comprovou as experiências com a documentação que consta do processo, e anexou documento novo, porém não sanou as falhas detectadas, resultando no **indeferimento**, pois não foi comprovado experiência em agricultura de sequeiro superior a nove anos, ao fazer o somatório da CAT e das ART's constantes do Processo foi totalizado em torno de 10 meses, pois a: CAT 2479/2009 foi de 14/10/2007 a 25/01/2008 (02 meses e 11 dias); ART N° PE20170192970 de 28/09/2017 a 31/12/2017 (03 meses e 03 dias) e ART N° BA20170164164 de 03/10/2017 a 31/01/2018 (04 meses). Informamos que não podem ser considerados documentos novos nessa fase de recurso.

NOME	DATA RECURSO	PROTOCOLO:	
JORDÂNIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA	01/08/2018	Doc. 593/2018	INDEFERIR

As experiências tem que ser comprovadas por documento formal, podendo ser CTPS (desde mostre as atividades e não nos cargos). A recorrente Apresentou ART E CAT que foram aceitas, porem com tempo insuficiente e não estando especificado a qual experiência seria computado, presumivelmente de sequeiro. Não há nenhuma menção à exploração irrigável. As comprovação experiência em agricultura de sequeiro que deviam ser superior a nove anos, só restou provado 10 meses. - CAT 2479/2009 foi de 14/10/2007 a 25/01/2008 (02 meses e 11 dias); ART N° PE20170192970 de 28/09/2017 a 31/12/2017 (03 meses e 03 dias) e ART N° BA20170164164 de 03/10/2017 a 31/01/2018(04 meses).

Em seu recurso administrativo a inabilitação anexou documento novo ou seja uma "explicação" que suas atividades no AGROVALE abrangiam a Coordenação, citando que entre outras atividades cuidava de Pivot central, gotejamento, sulcos, etc - Mas, tratava-se de **documento novo não inserido no involucro nº 1**. Anexou também declaração com data de 30/06 da AGROVALE, porem este documento também não estava no envelope 1, **portanto documento novo, não acatado pela Comissão - ,**

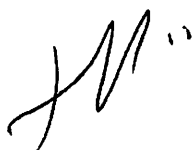


porque não é possível a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, ressalvada a hipótese admitida pela jurisprudência de realização de diligência quando a documentação apresentada contiver de maneira implícita o elemento supostamente comprovado pela carteira que especifica o cargo.

*h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de **cópia da Carteira de Trabalho e/ou Declaração de Empresa de Assistência Técnica pública ou privada (grifei)**, Empresa Agrícola pública ou privada e/ou Sindicato de Trabalhadores ou Produtores Rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste Edital.*

No caso específico do recorrente **JORDÂNIA DE CASSIA DE ARAUJO COSTA**, a comissão **NÃO VISLUMBROU NENHUM DOCUMENTO QUE PROVE AS EXPERIÊNCIA DECLARADAS NA SUA INSCRIÇÃO. A DOCUMENTAÇÃO ANEXADA SÓ COMPROVA O GERENCIAMENTO E A EXPERIÊNCIA INSUFICIENTE DE SEQUEIRO. DOCUMENTOS NOVOS NÃO FORAM ACATADOS** Estes foram os fatores determinantes de sua inabilitação.

ANEXO – CÓPIAS DAS PAGINAS CTPS FICHA DE ANOTAÇÃO DA CARTEIRA DE TRABALHO , ART – ANOTAÇÕES DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA E CAT – CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO, E DOCUMENTOS CITADOS EM RECURSO À SUA INABILITAÇÃO.



PARECER ATUAL DA COMISSÃO:

A comissão reitera nesta data o indeferimento do recurso do solicitante, consequentemente permanece o mesmo inabilitado.

Lucia Santiago Guedes

Edmundo Rios Campos Filho

Aline Carneiro Lemos

João Carlos Cavallotti de Sá

Petrolina, 26 de Setembro de 2018

Franklin Delano Leite Gurgel

COMISSÃO EDITAL 35/2017.

h) Comprovante da experiência em agricultura irrigada, sequeiro e gerenciamento rural, informada na ficha de inscrição, através de cópia da carteira de trabalho e/ou declaração de empresa de assistência técnica pública ou privada, empresa agrícola pública ou privada e/ou sindicato de trabalhadores e produtores rurais, assumindo toda responsabilidade perante a lei, de que as informações são verdadeiras, considerando as pontuações detalhadas no Anexo IV deste edital.

Folha nº

003624

PMC:

50530.00000000

PRF

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Sociedade Nordeste de Ecologia

CNPJ/MF 00.000.000/0001-00

Rua Paulista Nº 100

Município Recife Est. PE

Esp. do estabelecimento Atividade de consultoria

Cargo Assessor

CBO nº 311505

Data admissão 01 de março de 2007

Registro nº 57171 Fls/Ficha 01

Remuneração especificada R\$ 2.490,53

S.N.E. Sociedade Nordeste de Ecologia
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º Assessor 2º Assessor

Data saída 30 de junho de 2007

S.N.E. Sociedade Nordeste de Ecologia
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º Assessor 2º Assessor

Com. Dispensa CD Nº 00000000

13

CONTRATO DE TRABALHO

13.642.699/0001-35
Agroindústrias do Vale do São
Francisco S/A

Fazenda Massayo 0000 Sede Zona Rural
48.903-970 Juazeiro BA

CARGO : Chefe Departamento II

CBO : 311505 REGISTRO: 57171

ADMISSÃO: 04/12/2007

SALÁRIO : (2.490,53) do 3º mês
quatrocentos e cinquenta reais
e cinquenta e três centavos

Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º Assessor 2º Assessor

Data saída 30 de junho de 2007

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º Assessor 2º Assessor

Com. Dispensa CD Nº 00000000

CONFORME ORIGINAL

Augusto Bezerra de Assis Junior
Chefe da Secretaria Regional
de Licitações
CODEVASF - 3ª SR

f 112

A

24

CONFORME ORIGINAL

Luizão Benício de Assis Junior
Chefe da Secretaria Regional
de Licitações

CODEVASF - 3ª SR

Folha nº

110020

50530.000167718.85

PROT 2017

AGROVALE

Ficha de Anotações e Atualizações da Carteira de Trabalho e Previdência Social
(Portaria Nº. 41, de 28 de Março de 2007, do Ministério do Trabalho e Emprego)

Empresa: Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A
Endereço: Massayo
Bairro: Zona Rural
Cidade: Juazeiro

Matrícula: 57171
Empregado: JORDANIA DE CASSIA DE ARAUJO COSTA
No do Registro: 57171
RIS: 128.643.544-56

Lotação: MEIO AMBIENTE E QUALIDADE
Cadastramento: 06/04/1999
CPF: 881.221.744-34

CNPJ/MF: 13.642.699/0001-35
Complemento: Sede
Estado: BA
CER: 48903-970
Data de Admissão: 04/12/2007
CTPS: 99184 / 057 - PE
Categoria Profissional: Sind. dos Trab. Rurais de Juazeiro
Orgão Emissor: SSP
Data Base: MAIO

ALTERAÇÕES DE SALÁRIO / CARGO					
Data	Cargo	CBO	Moeda	Salário	Motivo da Alteração
01/01/2016	Coordenador Meio Ambiente	214005	R\$	7.000,21	Reajuste pelo Mínimo
01/02/2016	Coordenador Meio Ambiente	214005	R\$	7.749,23	Dissídio Coletivo
01/06/2016	Coordenador Meio Ambiente	214005	R\$	8.259,43	Promoção *

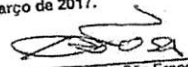
FÉRIAS					
Período Aquisitivo	Períodos	Período de Férias	Dias de Férias	Abono Pec.	Adto 13. Salário
24/12/2014 A 03/12/2015	1	13/01/2016 A 13/02/2016	30	Não	Não

CONTRIBUIÇÃO SINDICAL			
Data	Moeda	Valor da Contribuição	Sindicato
2016/03	R\$	258,30	Sind. dos Trab. Rurais de Juazeiro

TRANSFERÊNCIAS			
DATA	CNPJ/MF	Cidade	Ocorrência

Declaro que recebi, nesta data, as informações da Ficha de Anotações e Atualizações da Carteira de Trabalho e Previdência Social acima nos termos da Portaria Nº. 41, de 28 de Março de 2007 do Ministério do Trabalho e Emprego, as quais deverão ser mantidos junto à minha Carteira de Trabalho e Previdência Social.

Juazeiro, 21 de março de 2017.


Agroindústrias do Vale do São Francisco S/A
Roberto Rômulo Rosa


JORDANIA DE CASSIA DE ARAUJO COSTA

12
25
Jorge

**CREA-BA**Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura
e Agronomia da Bahia

Folha nº

50530.000987/18.88

CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO

PROTOCOL

Página 1 de 3

No. CAT: 2479/2009

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução 317/86 do CONFEA, que consta dos assentamentos do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia da Bahia - CREA/BA o Acervo Técnico do profissional abaixo mencionado conforme a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART a seguir descrita:

Profissional : JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA
 Número da Carteira : PE 36582/D
 Visto CREA : 23118
 CREA de Origem : PERNAMBUCO
 Título : Engenheiro Florestal

Número ART : PE0000036582000009 Série: A
 Data de Anotação : 25/01/2008
 No. ART Vinculada :
 Empresa Contratada :
 Nome Contratante : Comércio de Carvão Vegetal de Uauá Ltda
 Nome Proprietário : Osmundo Gois Santana
 Endereço da Obra : DISTRITO DE PATAMUTÉ, CURAÇÁ/BA
 Valor Obra/Serviço : R\$ 0,00
 Cidade : CURAÇÁ-BA
 Participação : Individual
 Tipo da ART : Normal
 Número do Contrato : XXXXXXXXXXXXX
 Tipo do Contrato : Autônomo
 Data da Baixa : 01/10/2009
 Motivo da Baixa : POR CONCLUSÃO
 Data de início : 14/10/2007 Término : 25/01/2008

*****DESCRIÇÃO DA OBRA OU SERVIÇO*****

Atividade : ESTUDO
 Descrição: LEVANTAMENTO FLORESTAL
 Nível: ATUACAO

*****Informações Complementares*****

Elaboração de uma mapa georreferenciado e um plano de manejo florestal para produção de carvão vegetal nas propriedades interligadas denominadas Fazenda Lagedo 01, Fazenda Lagedo 02 e Sítio Alto do Vermelho no Município de Curaçá/BA, Sertão do São Francisco.

Certificamos, finalmente que se encontra vinculado a presente Certidão de Acervo Técnico - CAT o Atestado contendo 1 folha(s) expedido pelo contratante da obra/serviço a quem cabe a veracidade e exatidão das informações nele constante.

CONFORME ORIGINAL



SALVADOR/BA 01/10/2009

MARIA DA GRACA C. SILVA FREITAS
 SUPERV. DE REGISTRO E CADASTRO

Augusto Bezerra de Assis Junior
 Chefe da Secretaria Regional
 de Licitações
 CODEVASF - 3ª SR

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

ART OBRA / SERVIÇO
Nº PE20170192970

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Pernambuco

Folha nº

003628

INICIAL
INDIVIDUAL

Proc.º

58530.00007/18.37

1. Responsável Técnico
JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA
 Título profissional: **ENGENHEIRA FLORESTAL**

PROF. 084187631-2

2. Contratante
 Contratante: **Ana Virgínia Terranova de Carvalho Valentim**
RUA FRANCISCO MARTINS DUARTE
 Complemento:
 Cidade: **JUAZEIRO**
 País: **Brasil**
 Telefone: **(74) 8806-8865**
 Contrato: **Não especificado**
 Valor: **R\$ 5.000,00**
 Ação Institucional: **Outros**
 Email: **avterranova@hotmail.com**
 Celebrado em:
 Tipo de contratante: **PESSOA FISICA**
 CPF/CNPJ: **984.137.756-15**
 Nº: **850**
 Bairro: **CENTRO**
 UF: **BA**
 CEP: **48905140**

3. Dados da Obra/Serviço
 Proprietário: **George Pereira Magalhães**
RUA DO VATAPÁ
 Complemento: **Os lotes ficam localizados Sítio Dependência e Sítio Dependência I Área 32, 13 e 21, 37**
 Cidade: **PETROLINA**
 Telefone: **(87) 8812-0191**
 Coordenadas Geográficas: **Latitude: 919120 Longitude: 4.021021**
 Data de início: **28/09/2017**
 Finalidade: **Ambiental**
 Email:
 Bairro: **AREIA BRANCA**
 UF: **PE**
 CEP: **56328540**
 CPF/CNPJ: **589.955.214-15**
 Nº: **36**
 Previsão de término: **31/12/2017**

4. Atividade Técnica
 12 - ELABORAÇÃO
 A92 - Plano > SILVICULTURA -> #30189 - INVENTÁRIO FLORESTAL
 Quantidade
 40,9200
 Unidade
 ha

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

5. Observações
 Inventário Florestal para supressão de vegetação no Sítio Dependência e Sítio Dependência I Área 32, 13 e 21, 37 em Petrolina-PE

6. Declarações
 Declaro que estou cumprindo as regras de acessibilidade previstas nas normas técnicas da ABNT, na legislação específica e no decreto n. 5296/2004.

7. Entidade de Classe
 NÃO OPTANTE

8. Assinaturas
 Declaro serem verdadeiras as informações acima
Juaqueiro 28 de Setembro de 2017
 Local data
 Jordania de Cássia de Araújo Costa
 JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA - CPF: 581.221.744-34
 Ana Virgínia Terranova de Carvalho Valentim - CPF: 984.137.756-15

9. Informações
 * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.
 * Caso seja verificado por este Conselho a incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do(a) responsável técnico(a) época do respectivo registro da ART, a mesma poderá ser anulada, a critério da Câmara Especializada relacionada à atividade desenvolvida (Artigos 25 - Item II e 26 da Resolução n. 1.025/09 do CONFEA)
 * Erros no preenchimento desta ART poderão provocar a necessidade de sua substituição ou de sua anulação com incidência de custos adicionais, de acordo com a Resolução no 1.025/2009 do Confea.
 * Todas as atividades anotadas nesta ART foram informadas pelo profissional, com ciência da Lei no 5.194/86, da Resolução no 1.025/2009 do Confea e dos normativos legais específicos de sua profissão, sendo as consequências civis, penal/criminal, trabalhista, técnica e ético-profissional de sua única responsabilidade

10. Valor
 Valor da ART: **R\$ 61,53**
 Pago em: **28/09/2017**
 Nosso Número: **96670057220087838**



Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

ART OBRA / SERVIÇO
Nº BA20170164164

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Bahia

Folha nº *

003629

INICIAL
INDIVIDUAL

Proc.: 58530.000967/18.55

1. Responsável Técnico JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA Título profissional: ENGENHEIRO FLORESTAL		RNP: 180187631-2
2. Contratante Contratante: Ana Virgínia Terranova da Carvalho Valentin RUA Francisco Martins Duarte Complemento: Centro Cidade: JUAZEIRO País: Brasil Telefone: (74) 98806-8865 Contrato: Não especificado Valor: R\$ 5.400,00 Ação Institucional: NENHUMA - NAO OPTANTE		CPF/CNPJ: 984.137.755-15 Nº: 860 Bairro: Centro UF: BA CEP: 48905140 Email: avterranova@hotmail.com Celebrado em: Tipo de contratante: PESSOA FISICA
3. Dados da Obra/Serviço Proprietário: Daniel Guimarães Briso FAZENDA Rodovia BA 210, KM 561, Complemento: Cidade: Sento Sé Telefone: (74) 9800-6484 Coordenadas Geográficas: Latitude: 951242 Longitude: 4.144082 Data de Início: 03/10/2017 Finalidade: SEM DEFINIÇÃO		CPF/CNPJ: 271.855.798-21 Nº: S/N Bairro: Zona Rural UF: BA CEP: 47350000 Email: gerenciaadm@fcruzeiro.com Previsão de término: 31/01/2018
4. Atividade Técnica 4 - Consultoria 313 - Ambiental > CREA-BA-1025 -> AGRICULTURA - AGRICULTURA, PECUÁRIA, PRODUÇÃO FLORESTAL, PESCA E AQUICULTURA -> ATIVIDADES FLORESTAIS -> #508 - INVENTARIO FLORESTAL		Quantidade 103,0000 Unidade ha
Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART		
5. Observações Elaboração de Inventário Florestal numa área de 103 ha para supressão de vegetação, na Fazenda Cruzeiro em Sento Sé-BA.		
6. Declarações		
7. Entidade de Classe NENHUMA - NAO OPTANTE		
8. Assinaturas Declaro serem verdadeiras as informações acima Juaqueiro 07 de novembro de 2017 Local data		Jordania de Cassia de Araújo Costa JORDANIA DE CÁSSIA DE ARAÚJO COSTA - CPF: 881.221.744-34 Ana Virgínia Terranova da Carvalho Valentin - CPF: 984.137.755-15
9. Informações * A ART é válida somente quando quitada, mediante apresentação do comprovante do pagamento ou conferência no site do Crea.		
10. Valor Valor da ART: R\$ 81,53 Pago em: 07/11/2017 Nosso Número: 47784434		

AGROVALE

Proc.: 000516
59530,001144/18-75

PROTOCOLO

**DECLARAÇÃO DE EXPERIÊNCIA EM AGRICULTURA
IRRIGADA E GERENCIAMENTO RURAL**

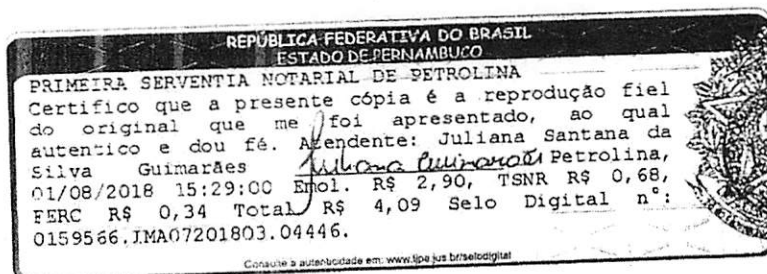
A Agro Indústrias do Vale do São Francisco S/A – AGROVALE, empresa agroindustrial com sede à Fazenda Massayó, S/N, Zona Rural, Juazeiro, Bahia, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.642.699/0001-35, por seu representante legal abaixo assinado, vem expor o que segue:

A Engenheira Florestal Jordania de Cássia de Araújo Costa inscrita sob o número do CREA-PE:36.582-D ID:4519487, CPF: 881221744-34, trabalhou nesta empresa no período de 03/12/2007 à 21/03/2016, como Chefe de Departamento Agrícola onde foi responsável a elaboração e implantação de procedimentos operacionais de qualidade de processos das atividades agrícolas como: desmatamento, preparo de solo, irrigação (gotejamento, sulco, pivot), adubação, aplicação de herbicidas, queima de cana, corte de cana, colheita, carregamento, dentre diversos outros, fundamentais para o treinamento e controle das atividades rurais, como também, para o gerenciamento eficiente que não desperdice recursos financeiros, humanos e ambientais. Ressalvamos que a mesma acompanhava os controles gerenciais das respectivas atividades gerando relatórios no sistema da empresa e através de reuniões semanais com chefias, gerência, superintendência e diretoria agrícola.

Juazeiro, 30 de junho de 2018

A Agro Indústrias do Vale do São Francisco – AGROVALE

Cid Eduardo Porto Filho
Diretor Agrícola da Agrovale



Despacho**Data:** 27/09/2018**Origem:** Presidente da Comissão Decisão nº 030/2018**Referência:** Doc. 844/2018**Assunto:** Impugnação ao resultado do recurso administrativo – Jordânia de Cássia de Araújo Costa

À PR,

Senhor Presidente,

Trata-se de representação (art. 103, II, da Lei 8.666/93) contra a decisão a Comissão de Julgamento do processo licitatório do Projeto Pontal - Edital nº 35/2017 que negou provimento ao recurso interposto pelo licitante contra a sua inabilitação no certame. Basicamente, o licitante reitera suas razões recursais.

A Comissão de Julgamento, em suas “informações para instrução processual” reprisam as razões de decidir do recurso anteriormente interposto, que já foram objeto do Parecer Jurídico nº 329/2018, constante às fls. 3251/3253 do Processo Administrativo nº 59500.000274/2017-67 (processo principal), e que concluiu *que a comissão de julgamento observou os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos, nos exatos termos do art. 3º da Lei 8.666/93.*

Em sendo assim, ratifica-se mais uma vez que a decisão da comissão de julgamento foi escorreita, razão pela qual esta 3ª AJ recomenda seja negado provimento à representação apresentada.


Paulo Vasconcelos Filho

Chefe da 3ª/AJ

Decisão nº 704/2015